

POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

PUBLIC CULTURE AND EXTENSION POLICIES

**Maria Arminda do Nascimento Arruda*

RESUMO

O artigo pretende refletir sobre a natureza das atividades de Cultura e Extensão nas universidades públicas, com o objetivo de construir diretrizes para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das ações implementadas. Tendo em vista a proposta geral, busca-se situar as iniciativas da área e estabelecer os elos de identificação e diferenciação no interior do conjunto abrangente das quais são parte integrante. Nesse sentido, analisam-se as conexões existentes entre a pesquisa científica, a cultura e as atividades de extensão, salientando tanto o caráter indissociável entre elas quanto os problemas advindos da sua elisão. Finalmente, o artigo aponta para as formas contemporâneas da vida social na qual a divulgação científica é componente e expressão de uma cultura crescentemente racionalizada e predominantemente técnica.

Palavras-chave: Cultura. Extensão universitária. Universidade pública.

ABSTRACT

The present article aims to reflect on the nature of culture and extension activities carried out in public universities, with the purpose of creating policies for their development and improvement. Besides situating the initiatives in this area within their broad context, our intention is also to establish links of identification and differentiation among them. In this sense, the connections between scientific research, culture, and extension activities are analyzed, emphasizing both their inseparableness and the problems originated by their elision. Lastly, the article points to the contemporary ways of social life of which scientific divulgation is a component and an expression of an increasingly rationalized and dominantly technical culture.

Key words: Culture. Extension. Public Universities.

* Pró-Reitora de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo, professora titular do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – e-mail: arr@usp.br.

PROLEGÔMENOS

Entre as suas congêneres no Brasil, a Universidade de São Paulo distingue-se por abrigar em único organismo acadêmico as ações de cultura e extensão, reunindo-as em um mesmo complexo decisório. Tal conjunção especial requer refletir sobre as formas desse enlace, sobretudo por se tratar de dois setores dotados *per se* de complexidade invulgar e, comumente, concebidos como possuindo matérias divergentes. As disposições dos acadêmicos em relação a esses domínios são, por esses motivos, desencontradas, perfazendo amplo leque de entendimentos e desentendimentos, inibindo, por fim, a construção de iniciativas solidárias.

Finalmente, é reconhecível no meio a presença de juízos distorcidos a respeito do caráter substancial das áreas da cultura e da extensão nas universidades, reveladores de percepções deslocadas sobre o caráter indispensável desse enleio. Parte-se do princípio de que cultura e extensão portam naturezas independentes, cuja ligação é extemporânea, quando não artificial: embora importantes, são pensadas como possuindo vocação intrínseca à efemeridade. Sem considerar o engano de tais posições, que medram no terreno da incompreensão sobre a dinâmica do *processo civilizador* moderno, vivemos tempos de centralidade da dimensão cultural, que exerce verdadeiro papel de colonizar e redefinir a vida cotidiana nas sociedades contemporâneas (utilizo a noção de processo civilizador na acepção de Norbert Elias [9]).

Posta a questão nesses termos, é fundamental tratar, analogamente, da dimensão central adquirida pela ciência experimental, perceptível tanto na presença marcante em notícias divulgadas nos veículos de informação, quanto, e sobretudo, nas concepções que grassam no ambiente das universidades. Sustentada como a parceira por excelência da chamada *sociedade do conhecimento*, noção corrente nos tempos atuais, esquece-se que a ciência é produto de significados que se sedimentaram na cultura contemporânea, como fruto de um tecido simbólico que acentuou uma das dimensões presentes no movimento de racionalização e intelectualização moderna: a sua face prática ou instrumental[†]. Ou, segundo as formulações originárias

de Max Weber, trata-se da crença, isto é, da convicção de que a humanidade pode, em princípio, dominar o mundo por meio do cálculo, podendo potencialmente controlar todos os problemas. Em suma, a fé de que a ciência produz o caminho inexorável para o progresso e é capaz de responder aos grandes desafios da existência, promovendo uma espécie de elisão do fato de que ela própria é resultado da intelectualização do mundo. “Isso significa que o mundo foi desencantado. Já não precisamos recorrer aos meios mágicos para dominar ou implorar os espíritos... Os meios técnicos e os cálculos realizam o serviço” [12]. A partir daí, o conhecimento científico pode desprender-se formalmente da cultura, confundindo desligamento aparente com processo real.

Este movimento não se fez, contudo, de forma imediata; tampouco percorreu caminho linear. Enquanto as ciências adquiriram crescente certeza em relação à explicação dos fenômenos a ela afeitos, a arte moderna “desenvolveu uma espécie de ceticismo, ou de incerteza, com relação à representação...” [5]. O conhecimento científico pôde, assim, perseguir explicações acabadas; puderam as artes fazer da incerteza o princípio da expressão, questionando, no limite, a própria possibilidade da representação. Não por casualidade, o problema da *mimesis* deriva do questionamento da representação da realidade, acontecido na época moderna, quando se rompeu a relação de verossimilhança [2]. Dessa maneira, os percursos da ciência e das artes não podem ser isoladamente considerados: se a ciência deslocou as linguagens da cultura da condição de oferecer uma imagem veraz do mundo, restou-lhes a possibilidade de questionar o sentido mesmo da existência. Resulta daí a recusa de expressar a similitude, combinada à afirmação do caráter ambíguo e incerto das imagens que carregam. No limite, é a própria linguagem que é posta em suspeição. Ainda aqui, ciência e cultura não estão apartadas, até porque a vulgarização científica corrente insere-se no bojo do domínio da cultura na conformação do *ethos* atual.

Por essa razão, a disjuntiva estabelecida entre ciência e cultura, entre arte e conhecimento, por não ter fundamento histórico (uma vez que compartilharam

[†] Sobre a noção de sociedade do conhecimento: TOURAINE, Alain.

La société post-industrielle. Paris: Denoël/Gonthier, 1969; STEHR, Nico. *Knowledge societies*. Londres: Sage, 1994. Sobre a racionalidade instrumental: ADORNO, T. W., e HORKHEIMER, M. *Dialectica del iluminismo*. Buenos Aires: Sur, 1970.

origem comum), não pode ser efetivamente sustentada. Em essência, tanto o domínio científico desenvolveu-se no Ocidente na esteira das mudanças profundas ocorridas na esfera cultural, acentuadas a partir do século XVIII, quanto às linguagens da cultura não eram independentes dos avanços da ciência, a exemplo da invenção da perspectiva na pintura. Hodier-namente, a exploração da tecnologia na feitura das chamadas artes virtuais é paradigmática da intimida-de entre as duas áreas, a despeito da especialização característica presente em todos os domínios da pro-dução intelectual e científica.

O problema decisivo, todavia, refere-se ao fato de que a segmentação correspondeu à construção de juízos sobre a validade e superioridade das várias competên-cias, produzindo, muitas vezes, avaliações embasadas não em critérios de reconhecimento das diferenças, mas em raciocínios afirmadores de desigualdades [3]. Nes-se percurso de negação de parte do legado moderno, esfacelou-se a sua própria herança, redundando em conseqüente precariedade, cujo desdobramento de-sembocou numa acepção predominantemente técnica de ciência e numa cultura aprisionada por mecanismos de mercado: a primeira, amesquinhou-se na condição de pura técnica de controle; a segunda, depreciou-se ao se ver impotente para preservar a autonomia. Ambas passam a compartilhar um destino comum, a de serem sintomas sociais dominantes, retecendo, as-sim, os seus liames: “Desfecho de um longo processo de emergência, de evolução, esses universos autônomos entraram atualmente num processo de involução: dão ensejo a um retrocesso, uma regressão, da obra para o produto, do autor para o engenheiro ou o técnico, colo-cando em jogo recursos não inventados por eles, como os famosos efeitos especiais, ou as vedetes célebres e ce-lebradas pelas revistas de grande tiragem e próprias para atrair o grande público, pouco preparado para apreciar experiências específicas, sobretudo formais” [4].

Ou, nos termos de um historiador, o moder-nismo já era na sua origem uma cultura de merca-do, na medida em que se desenvolveu na esteira de um público consumidor crescentemente diferen-ciado e em busca de símbolos de distinção social. A cultura nascente abeberou-se nas novas disposições de uma burguesia moderna e de frações das camadas médias ilustradas [5]. Nesse sentido, a cultura mo-derna já possuía uma aptidão para ser domesticada e para conformar-se ao poder dominante, como esta-

ria acontecendo com a absorção da pesquisa científica pelas grandes organizações privadas e com o controle das imagens como “chave do poder” [5]. É necessário considerar, no entanto, que o estreitamento das re-lações entre a cultura e ciência com o mercado supôs prévia desconexão anterior.

Os elos que prendiam a ciência e a cultura na emergência da era moderna, que as conferiam digni-dade de origem desataram-se, permitindo-lhes seguir por vias divergentes. Retomar esses liames implica pensar a ciência “quer como *uma componente da cultura en-tre outras*, bastante diversificadas (como as culturas ar-tística, literária, filosófica, jurídica, política, religiosa, midiática, etc), quer como *uma componente da cultura com especificidades bastante próprias*, no panorama social atual” [5]. Desse modo, cultura e ciência podem retecer as suas ligações *ab initio*, dividindo uma longa e indefini-da fronteira, cuja exclusão de algum dos pólos não é capaz de garantir o domínio incontestável de qualquer dos pares que pretendesse monopolizar o terreno das possibilidades de elucidação do mundo.

Assim, as diferenças reais de procedimentos, bem como a presença de estilos diversos, não elidem, mas, antes, pressupõem o caráter histórico das nossas verdades. Dito de outra forma, nenhum pensamento e nenhuma ciência podem transcender ao tempo, ainda que a conexão com a temporalidade não seja idêntica quando se trata de domínios científicos distintos. Nas Ciências Naturais o controle e a possibilidade de iso-lar o campo da experimentação reforçam a percepção do caráter neutro e atemporal do conhecimento. No caso das chamadas Ciências Humanas e Sociais, o di-lema reside na característica particular das quais são portadoras: as dificuldades de ultrapassar o tempo são mais profundas e as marcas da historicidade são mais evidentes. Essas disciplinas singularizam-se, portanto, por sua imersão no contemporâneo, por isso, a reflexão a elas pertinente exige mobilizar esforços redobrados de afastamento em relação ao presente, obrigando-as a indagar sobre os limites e os modos de realização do seu próprio tempo. Logo, o movimento característico da reflexão empreendida é marcado pela tendência ao questionamento da realidade, criando a impressão de operação puramente normativa e, de outro lado, pro-duzindo a ilusão de que navegam na arbitrariedade das ideias, ao revés do rigor da pesquisa.

A questão, em última instância, refere-se ao fato de que nas ciências da sociedade não vige a distinção

estabelecida por Wilhelm Dilthey entre explicação e compreensão, pois ambas as operações não se distinguem. “É por essa razão que é possível explicar sem excluir a compreensão crítica, fundamento da distinção entre as disciplinas humanas e as disciplinas da natureza” [1].

As tensões e oposições advindas de uma noção homogênea de ciência, que acabou por migrar das disciplinas da natureza, montam, no entanto, nova armadilha, originada na desconsideração da existência de regimes próprios de conhecimento. Compreensões de tal ordem desembocam, paradoxalmente, no fetichismo da ciência por ignorar a variedade da vida humana. Finalmente, se está frente ao fetichismo da própria cultura, na medida em que se exclui o caráter social de toda e qualquer produção humana, encerrada na categoria de pensamento unitário e autocriado. “Como se o único só pudesse se defrontar com outro único e não com a multiplicidade” [8].

Resulta daí notável empobrecimento do campo científico, pois se lhe retiram a riqueza das fontes que o nutrem, mormente quando se lhe rasuram as formas de entendimento inerentes a cada época, das quais as visões unitárias são tributárias. As concepções de ciência infensa à história e em evolução inexorável ancoram-se em visões finalistas e repetitivas da vida, como se caminhassemos para um fim comum, seguindo objetivos já determinados; mesmo a natureza, como sabemos, detem múltiplas possibilidades de direção. Por essa razão, o desconhecimento do múltiplo e do diverso é aparentado das construções míticas, encobertas por crenças e explicações promanadas de falsos juízos, exatamente o tipo de operação que a ciência pretendeu escoimar. Rigorosamente falando, as sociedades convivem com “corpos de conhecimentos distintos e singulares: *ordens* do saber, muito frequentemente impostas a fragmentos e obras de representações díspares. A marca de uma ideologia é uma espécie de inércia do discurso: um padrão fixo de imagens e crença, uma sintaxe que parece obrigatória, um conjunto de modos permitidos de ver e dizer; cada uma com a própria e estrutura de ocultamento e revelação, os próprios horizontes, o meio de fornecer certas percepções e tornar outras impensáveis, aberrantes ou extremas” [5].

É de se surpreender, por isso, que inclusive nas universidades, instituições comprometidas com concepções ilustradas, possam germinar enganos desse gênero, quando verdades circunscritas assumem a condição de única e legítima modalidade de saber.

No que diz respeito à cultura e extensão universitárias desenvolvidas, sobretudo nas instituições públicas, o domínio das representações particulares aos procedimentos das ciências experimentais sobre o conjunto acaba por dificultar, por vezes impedir, a percepção do alcance e importância das ações implementadas. Em larga medida, as dificuldades de entendimento dessas ações derivam do caráter que as conformam, que se define por ultrapassar os limites exclusivamente disciplinares, por não se submeter às experimentações controladas em ambientes preparados para tal finalidade. A amplitude dos fenômenos da cultura escapa, assim, às circunscrições determinadas; o significado da extensão perde-se em meio à necessidade de outros requerimentos como os da formação dos estudantes nos níveis de graduação e de pós-graduação, do aparelhamento das condições da pesquisa. A extensão acaba sendo identificada com simples difusão e não com a modalidade de compartilhar os avanços do conhecimento e a pesquisa.

Tendo em vista que só se pode caracterizar um fenômeno quando o inserimos num todo abrangente do qual retira seu significado, refletir sobre as iniciativas implementadas no campo da cultura e da extensão obriga a categorizá-las em meio à teia de relações da qual são parte e se articulam no todo, preservando, porém, personalidade própria. É nesse terreno inseguro e incerto que se alojam as iniciativas da área. No entanto, como bem aconselha a boa teoria, quanto mais abrangente e variado é um campo, maior a necessidade de construir procedimentos rigorosos, uma vez que o seu fechamento rompe com a sua natureza intrínseca. Reversivamente, quanto mais variadas e díspares são as ações empreendidas, mais necessário se torna buscar-lhes um repositório de sentidos comuns, sob pena de se dispersarem no emaranhado caótico das iniciativas contraproducentes. A questão que se põe não é, desse modo, trivial, pois refere-se à tentativa de conciliar rigor e abrangência; identidade de propósitos e variedade; conceituação e multiplicidade de sentidos. Limitar a compreensão obriga ao fechamento do “discurso à consciência de si mesmo como produção, como processo, como prática, como substância e contingência” [5]. Dito de outro modo, o constrangimento das fronteiras violenta o contínuo movimento de construção dos significados atribuídos pelas ações humanas no curso da história, dissolvendo a criação nas teias da imutabilidade, por transformar a contingência

em natureza, à semelhança das construções míticas. Em consequência, a afirmação de um único regime de verdade tem o condão de alçar os seus praticantes ao patamar de seres superiores e distintos do conjunto, desumanizando-os por separá-los da vivência contingente a que todos os seres estão sujeitos.

CONCEITUAÇÃO

A primeira exigência de toda e qualquer tentativa de construir categorias capazes de cristalizar fenômenos complexos, como neste caso, é estabelecer os critérios da forma mais inequívoca possível. Primeiramente, é necessário revisitar o que é sobejamente conhecido: a prática científica pressupõe um elenco de conhecimentos assentados, instituições e pesquisadores e, nela, as universidades possuem, hoje, papel proeminente. “A ciência é hoje uma das instituições centrais da sociedade, e a cultura científica constitui uma das componentes fundamentais da cultura contemporânea” [7]. As iniciativas de cultura também ocorrem, fundamentalmente, no âmbito das instituições, porém, nem sempre acontecem no interior das organizações universitárias; as universidades, no entanto, são os principais órgãos de formação dos agentes envolvidos com a cultura. Finalmente, permeiam a Academia concepções sobre a separação entre ciência e cultura, a despeito do fato de a própria importância da ciência ser tributária da conformação cultural contemporânea.

Outros requisitos surgem como essenciais no trabalho de categorização. É imprescindível atentar para a particularidade desse enlace ciência-cultura nos quadros das universidades. Dito de outra maneira, essas instituições, na sua acepção completa, até podem prescindir de organismos específicos de cultura, mas, do mesmo modo, não podem dispensar quer a formação estudantil e a produção científica, quer a existência de uma vida intelectual pujante e solidamente enraizada. O avanço do conhecimento é processo de permanente inquirição, o que exige um contínuo movimento de descobertas e de atitudes de inconformidade perante o estabelecido. Vale dizer: não há descobertas significativas sem assentamento crítico e este não se completa sem indagações sobre o existente; o modo pelo qual questionamos o existente é informado pela cultura prevalecente; da mesma forma que as imagens construídas são elas próprias reveladoras do mundo [13].

Daí deriva que, se a aliança entre cultura e ciência é inexorável, quando uma universidade é capaz de aliar os dois elementos nas ações que desenvolve ela se torna uma instituição mais complexa. Especialmente porque em qualquer dos campos considerados lhes é intrínseco o esgarçamento crítico, sob pena das atividades se conformarem à pura reprodução do já conhecido. Caberia, então, perguntar sobre a pertinência das atividades de cultura e extensão serem desenvolvidas em universidades. As dificuldades do enlace cultura e extensão, se são derivações de compreensões empobrecidas da própria ciência, como salientamos, amplificam-se tendo em vista a identificação das atividades extrovertidas como perfunctórias, assistencialistas, de mera prestação de serviços à sociedade e ao poder público por meio do atendimento de demandas. Esta é, de fato, a questão fulcral.

O problema fundamental pode ser equacionado de outro ângulo e refere-se ao princípio mesmo que orienta a vida acadêmica. Em instituições como a Universidade de São Paulo – que propugna pela relação íntima entre ensino-pesquisa – a extensão não pode se confundir com nenhum dos sentidos acima arrolados. Se, de fato, as ações de extensão – que abrigam atividades em todos os setores – possuem uma vocação de difusão e são parceiras dos atos educativos, independentemente do objetivo que pretendam cumprir, não há como realizá-los caso sejam desconectados dos atributos inerentes que definem a vida universitária. Dito de outro modo, a universidade precisa oferecer alternativas à tendência hegemônica de mercantilização da cultura e, *ipso facto*, da ciência, sob pena de ocupar lugar correlato ao de outras agências, públicas ou privadas, que são animadas por orientações diversas. Com a ampliação e desenvolvimento do mercado de cultura e ciência ampliou-se consideravelmente o número de agentes envolvidos com a circulação e difusão desses bens, como se depreende do volume de recursos e de formação de riqueza produzidos por esse nicho de mercado. Apenas o segmento do mercado das artes, no Brasil, deve gerar, neste ano, mais 200 milhões de reais [10].

O dilema da área de cultura e extensão resulta, pois, da dificuldade de pensá-la para além da estreita divulgação e da simples prestação de serviços e de atendimento de demandas, mas, em especial, da necessidade de distingui-la do domínio do mercado. Tarefa difícil em função do caráter dominante do sistema de indústria

cultural. Em tal cenário, as atividades tornam-se presas fáceis de requerimentos diversos, vindo desfiguradas as intenções que constituíram a cultura das universidades, com os seus corpos de crenças próprios e mecanismos inerentes de reconhecimentos e legitimações.

O terreno, por essa razão, é movediço, implica superar concepções assentadas e assumidas como verdades inquestionáveis; implica ainda, e acima de tudo, ultrapassar afirmações que, de tão repetidas, esvaziaram-se, perderam a sua substância, como a famigerada assertiva que ata ensino, pesquisa e extensão. De tão repetida, a ideia desgastou-se, virou um mote que já não mais inquire, não ultrapassando a condição de ser apenas profissão de fé, de crença que não informa a ação, simples atavio que não mais surpreende.

O enlace ensino, pesquisa, extensão não pode, apesar de tudo, ser escoimado. Mas a sua revivescência reclama outra disposição de espírito, requer, especialmente, desenvolver critérios capazes de definir relevâncias; de embasar as decisões em julgamentos de mérito; oferecer à sociedade possibilidade de compartilhar os avanços alcançados; circunscrever prioridades; enfim, ser capaz de romper a inércia rotineira da reprodução do mesmo.

A área da cultura e da extensão deve se orientar, em suma, por uma visão pública das atividades que implementa, resguardando-se, todavia, das apropriações circunstanciais de suas ações. Por se tratar de instituições públicas, as universidades estão envolvidas por compromissos republicanos. A condição mesma desse exercício é a de se construir pontes com a sociedade que não suprimam a essência de sua identidade formada no axioma do conhecimento, sem o qual as ações extrovertidas não se diferenciariam de todas as outras que pululam nas sociedades contemporâneas e se perderiam em meio a inúmeras iniciativas aparentemente assemelhadas. Por fim, a universidade não cumpriria o papel de formar cidadãos para o mundo em movimento, caso não democratize e difunda o acesso à cultura, êmulo da ultrapassagem das profundas desigualdades sociais.

A condição mesma de realização de tal desafio passa, de forma incontornável, pela própria transformação da cultura instalada nas universidades. Transita, muito especialmente, pela pavimentação de novos caminhos, construídos na solidez de princípios com força para animar e dilatar as ações de cultura e extensão nas universidades públicas brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] ARRUDA, M. A. do N. A sociologia da cultura: interpretações e reconstruções. In: BORGES, P. C., org. **Cultura múltiplas leituras**. Bauru: Edusc/Ufba, 2010.
- [2] AUERBACH, E. **Mimesis**: a representação da realidade na literatura universal. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- [3] BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In: **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- [4] _____. A cultura está em perigo. In: **Contra-fogos 2; Por um movimento social europeu**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 86.
- [5] CLARK, T. J. **Paris na arte de Manet e de seus seguidores**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- [6] _____. **Modernismos**. Ensaios sobre política, história e teoria da arte. São Paulo: Cosacnaify, 2007.
- [7] COSTA, A. F.; CONCEIÇÃO, C. P.; ÁVILA, P. Cultura científica e modos de relação com a ciência. In: **Sociedade e conhecimento. Portugal no contexto europeu**. v. 2, Lisboa: Celta, 2007, p. 70.
- [8] CUNHA, M. C. da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosacnaify, 2009.
- [9] ELIAS, N. **O processo civilizador**. Uma história dos costumes. 2 v. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- [10] FOLHA DE SÃO PAULO. Mercado, B1, 17 set. 2010.
- [11] GAY, P. **Modernismo**. O fascínio da heresia de Baudelaire a Beckett e mais um pouco. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- [12] WEBER, M. A ciência como vocação. In: **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971, p. 165.
- [13] WITTGENSTEIN, L. Introdução. **Tractatus-logicophilosophicus**. São Paulo: Edusp, 1996, p. 16.